

A união dos opostos: abolicionismo e racismo na obra literária de Celso Magalhães (1867-1879)

Yuri Michael Pereira Costa¹

“Se pelo trabalho formardes o vosso acervo e a vossa renda, podeis lutar contra os abusos e violências do poder” (MAGALHÃES, 1870, p. 135).

“A razão principal da dissolução indígena foi a seleção natural (...). No combate entre duas raças, que disputam o mesmo meio, a vitória será da mais forte” (MAGALHÃES, 1873, p. 39).

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar o tratamento dado pela obra literária de Celso Magalhães (1849-1879) às noções de abolicionismo e de racismo. Investiga o percurso intelectual do personagem, que nasceu no interior da Província do Maranhão e viveu intensamente a experiência acadêmica e cultural da Escola do Recife (Pernambuco), bem como as nuances da trajetória de vida de um jovem que cresceu em uma fazenda de escravos e que desde cedo teve contato com uma intelectualidade engajada socialmente. Tais elementos contribuíram decisivamente para a construção de representações que conciliaram a crítica ao cativo com a crença na estrutura racista da sociedade e na hierarquia natural entre grupos humanos, edificando um mosaico de ideologias aparentemente inconciliáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Celso Magalhães. Literatura. Abolicionismo. Racismo.

ABSTRACT

The article aims analyze the treatment given by the literary work of Celso Magalhães (1849-1879) to notions of abolitionism and racism. Investigates the intellectual journey of the character, who was born in the interior of the Província do Maranhão and lived intensely academic and cultural experience of the Escola do Recife (Pernambuco), as well as the shades of the trajectory of the life of a young man who grew up on a slaves farm and that from an early age had contact with an intelligentsia engaged socially. Such elements have contributed decisively to the construction of representations which reconciled the criticism of slavery with the belief in the racist structure of society and the natural hierarchy between human groups, building a mosaic of seemingly irreconcilable ideologies.

KEYWORDS: Celso Magalhães. Literature. Abolitionism. Racism.

¹ Yuri Michael Pereira Costa. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). yuricosta800@gmail.com

A atuação de Celso Magalhães (1849-1879) nos campos literário e jurídico desenhou uma luta pela emancipação dos escravos que conviveu com a ideia não menos presente de que indígenas e africanos, se comparados ao homem europeu, eram inferiores nos planos cultural e racial. Nessa perspectiva, foi Celso Magalhães convictamente abolicionista e racista.

A convergência de ideologias aparentemente opostas não traduziu um paradoxo, mas, no máximo, uma “duplicidade de representações” (FARIA, 2004, p. 97). A crítica ao cativo não tinha como premissa o desapego às doutrinas raciais. Por outro lado, a crença no “cientificismo das raças” não levava necessariamente à negação do direito de liberdade dos sujeitos escravizados.

Celso Tertuliano da Cunha Magalhães nasceu em 11 de novembro de 1849, na cidade de Viana, Província do Maranhão, mais precisamente em uma fazenda denominada Descanso. Descendente de uma família com relativa projeção econômica e política na região, desde o nascimento Celso teve estreita ligação com seus avós maternos, de quem recebeu influência pelo gosto da literatura.

Ao dezanove anos migrou para São Luís, capital da província, e logo em seguida para Pernambuco, ingressando na Faculdade de Direito do Recife. Ali teve contato com um ambiente acadêmico de tendência cientificista e republicana. Sem se afastar de seu lado poeta e prosador, Celso Magalhães rapidamente expandiu os estudos para outras áreas do conhecimento humano.

Bacharelou-se em 1873, retornando no mesmo ano ao Maranhão. Nomeado promotor público da capital no ano seguinte, em novembro de 1876 iniciou a condução da denúncia contra a senhora Ana Rosa Viana Ribeiro pelo assassinato de Inocêncio, um escravo de oito anos de idade. O caso, que ficaria conhecido como “o crime da baronesa de Grajaú”, tornou-se célebre no Império e sem precedentes na história do Judiciário maranhense, pois, apesar da absolvição da acusada, levou à prisão e ao banco dos réus uma senhora abastada e casada com um político influente.

Celso sofreu as consequências da atuação no processo pouco mais de um ano depois. Em 29 de março de 1878, foi demitido da função de promotor “a bem do serviço público”. O ato levou a assinatura do barão de Grajaú, Carlos Fernando Ribeiro, esposo de Ana Rosa, que assumira o cargo de presidente da Província do Maranhão havia apenas um dia.

Demitido, Celso viu o exercício da advocacia, nova profissão que abraçou, inviabilizado pelos sucessivos entraves criados por magistrados da província. Retornou a São Luís no início de 1879, onde faleceu no mês de junho, acometido de um mal súbito, antes mesmo de completar trinta anos de idade.

No campo literário, Celso Magalhães é tido como um dos precursores da poesia abolicionista no Maranhão. Além disso, tem sua obra *Um estudo de temperamento*, concluída em 1871, identificada em alguns registros como o primeiro romance naturalista do Brasil (MARANHÃO, 2003, p. 105).

Mas foi no estudo da cultura popular que o pioneirismo da obra de Celso Magalhães adquiriu uma maior projeção. Nesse campo, segundo Graça Aranha (1996, p. 81), “foi ele quem primeiro estudou cientificamente o folclore brasileiro, dando o sinal de partida e a orientação para os estudos de Vale Cabral, Sílvio Romero, Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues e tantos outros”². *A poesia popular brasileira* foi o marco inicial da preocupação de Celso com o estudo do romanceiro tradicional e da poesia de cunho popular, além de outras manifestações culturais, como lendas, danças e festas. A obra foi publicada em 1873 na forma de dez artigos do jornal *O Trabalho* de Pernambuco.

No presente artigo, tenho como objetivo analisar as noções de abolicionismo e de racismo na produção cronista e poética de Celso

² A construção do pioneirismo de Celso Magalhães no estudo do folclore certamente se deve às generosas citações que recebeu de Sílvio Romero em sua *A poesia popular no Brasil*, publicada na *Revista Brasileira* entre 1879 e 1881, e na obra *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*, de 1888. O reconhecimento ganhou ainda maior projeção através das obras de Teófilo Braga, Câmara Cascudo, Franklin Távora e Gilberto Freyre, todos citando a relevância da obra de Celso através dos apontamentos de Sílvio Romero (NASCIMENTO, 1973, p. 9; FREYRE, 1974, p. 652; TÁVORA, 1877, p. 1-2).

Magalhães. Procuro, num primeiro momento, examinar os percursos da formação literária do autor, para, em seguida, buscar criticar sua obra de cunho social do século XIX, destacando a forma como construiu representações em torno da crítica ao cativo e da base racial da sociedade brasileira.

A trajetória intelectual de Celso Magalhães

Desde os primeiros anos de vida, Celso Magalhães nutriu uma estreita aproximação com seu avô materno, Manoel Lopes de Magalhães, cirurgião que auxiliou no difícil parto de Celso e o educou, tomando para si os cuidados com a criança até findar o demorado restabelecimento de sua genitora (LOPES, 1917, p. 1).

Até os dezoito anos não saiu de Viana, vivendo em um ambiente tradicional e escravocrata, já que desde seu nascimento habitou o engenho Descanso, vasta propriedade rural movida pelo trabalho da escravaria pertencente a seus avós. Os primeiros estudos de Celso foram ministrados por Manoel Lopes, que o alfabetizou, incentivando o interesse pelo conhecimento jurídico e pela literatura.

Já na adolescência, quando desejou continuar seus estudos na capital da província, foram contratados professores particulares para ensinar Celso, preparando-o. ainda em Viana, para o ingresso nas escolas de São Luís (MORAES, 1999, p. 11).

Desse período datam os textos literários iniciais de Celso. As duas primeiras poesias por ele assinadas, intituladas *Vem, não tardes!* e *Para ela*, foram publicadas em novembro de 1867, no *Semanário Maranhense*,³ sendo seguidas de outros poemas, publicados ainda em dezembro daquele ano (*O curupira*, *Adeus* e *O avaro*), e de poesias veiculados ao longo de 1868

³ Periódico criado em 1867 e encerrado já em 1868. Publicado aos domingos, além da assídua contribuição de Celso Magalhães, contou com a destacada colaboração de Gentil Braga, Sotero dos Reis, Henriques Leal, César Marques e Sousândrade (CARDOSO, 2013, p. 22; BURNETT, 1998, p. 25).

(*Lembras-te?, O menino cego e A minha casaca*) (PAXECO, 1918, p. 80). Mais tarde, quando Celso já se encontrava em Recife, os principais poemas por ele escritos desde 1867 foram reunidos na coletânea *Versos*, impressa em São Luís, em 1870.

Suas principais poesias de cunho social, em grande parte responsáveis pela representação de Celso Magalhães como poeta abolicionista, foram escritas entre 1867 e 1869. Refiro-me a *O escravo* e a *Os calhambolas* (MAGALHÃES, 1870, p. 54-81), sendo que esse último texto foi inspirado nas impressões que Celso teve de uma grande insurreição de escravos ocorrida naquele ano, em Viana.

No final de 1867, faleceu Manoel Lopes de Magalhães. A morte do avô coincidiu a vinda de Celso a São Luís e com a preparação de sua partida para Pernambuco. Digo coincidência, porque há indícios de que, independentemente do falecimento do avô, o percurso dos estudos de Celso já estava planejado. Nesse sentido, Antônio Lopes registrou que foi Manoel Lopes quem incentivou o neto a estudar direito e quem o “enviou à capital” (LOPES, 1917, p. 1). De fato, no testamento de Manoel, há cláusula que destinou a Celso Magalhães Rs 3:000\$000 (três contos de réis), por “reconhecer seu talento e aplicação”, condicionando o acesso ao legado à continuidade de seus estudos (MARANHÃO, 1867, n.p.).

Celso chegou a São Luís em fevereiro de 1868. O objetivo era se qualificar para, indo a Recife, adentrar em cursos preparatórios ao ingresso na Faculdade de Direito. Nesse curto período, “reforçou seus estudos no colégio mantido pelo educador Perdigão” (LOPES, 1917, p. 1)⁴.

Em sua primeira viagem para fora do Maranhão Celso partiu em 1868 para Pernambuco. Ao chegar a Recife, não lhe foi dispensada a realização das provas de admissão ao ingresso na Faculdade de Direito, o

⁴ A alusão de Lopes ao “Colégio Perdigão”, como bem esclareceu Jomar Moraes em nota de atualização ao *Dicionário* de César Marques (2008, p. 349), diz respeito ao estabelecimento de ensino mantido por Domingos Feliciano Marques Perdigão. Fundado em 1840, foi esse o primeiro colégio privado e laico do Maranhão, sendo por algum tempo referência, nessa província, na preparação de jovens que desejavam adentrar nas poucas faculdades do Império.

que certamente ocorreria caso levasse consigo cartas de indicação politicamente mais bem qualificadas. De toda forma, seu imediato aceite para os exames admissionais demonstra que foi a Pernambuco com algum encaminhamento. O certo é que, superadas as diferentes avaliações, em 12 de março de 1869 Celso estava matriculado no curso jurídico que almejava.

Desde sua fundação, em 1828, até o início da década de 1860, a Faculdade de Recife seguiu a tendência do ensino jurídico pensado pela Corte, tendo como marca o conservadorismo, sobretudo o de cunho monarquista, e como referencial de cultura jurídica as tradições portuguesa e francesa. A transferência de Olinda para Recife e a aprovação de novos Estatutos, ambos em 1854, deram ares modernos à faculdade, possibilitando o surgimento de intelectuais que romperiam o marasmo que caracterizou o período da academia de Olinda (SCHWARCZ, 1993, p. 192).

Contudo, foi somente a partir de 1862, sob direta influência de Tobias Barreto e da denominada *Escola do Recife*,⁵ que a Faculdade de Direito pernambucana acelerou o processo de abertura para outros referenciais da filosofia, do pensamento científico e da crítica literária. A transformação se deu, em grande parte, por influência de doutrinas alemãs.

Os estudos de Celso Magalhães foram desenvolvidos em meio a essas transformações, sendo sua passagem por Pernambuco destacada como parte da cronologia da Escola do Recife. Sobre as etapas do movimento e a contribuição de Celso para ele, registrou Venâncio Filho:

A primeira [fase], puramente poética, e ainda sob influência do romantismo, inicia-se em 1862, chegando até 1870, tempo do hugoanismo, do condoreirismo, época dos poetas Tobias Barreto, Castro Alves, Palhares, Guimarães Junior, Plínio de Lima, José Jorge, que formavam a plêiade hugoana. A segunda fase, crítica e filosófica, ocorreu de 1870 a 1881, quando começam as reações da crítica ao romantismo

⁵ A despeito de ter se consolidado a denominação *Escola do Recife*, ao menos até a década de 1880 predominou no movimento a informalidade, no sentido de não possuir um maior atrelamento entre seus intelectuais e as atividades acadêmicas da Faculdade de Direito (VENÂNCIO FILHO, 2011, p. 95). Acerca do assunto, Lilia Schwarcz reconheceu que, mesmo estando a maior parte dos membros da Escola do Recife matriculados naquela instituição, “o debate não se dava nas salas de aula, ou no debate diário entre alunos indisciplinados e professores pouco mobilizados. Era sobretudo encontrado nos jornais e revistas pertencentes à faculdade” (SCHWARCZ, 1993, p. 187).

geral, uma grande fermentação de ideias alimentada pela curiosidade e pela sede de saber de *Celso Magalhães*,⁶ Sousa Pinto, Generino dos Santos, Inglês de Sousa, Clementino Lisboa, Lagos e Justiniano de Melo, sem falar, evidentemente, na presença de Tobias. A terceira fase inicia-se em 1882 e é a de uma nova concepção do direito. É o período jurídico-filosófico (VENÂNCIO FILHO, 2011, p. 96) (grifei).

Celso Magalhães frequentou a Faculdade de Direito de Recife entre março de 1869 e novembro de 1873, preenchendo os cinco anos regularmente previstos para o curso. Não é possível delinear, em específico, as disciplinas que fez na graduação ou todos os professores que lhe ministraram aulas, já que o Arquivo Geral do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco guarda hoje apenas cópia de seu assento de batismo e do registro de seu bacharelado (BRASIL, 1868, fl. 1-2; BRASIL, 1873, fl. 1).

A despeito das informações parciais sobre a trajetória acadêmica de Celso na Faculdade de Direito, sua intensa experiência científica e cultural pode ser analisada através dos contatos por ele estabelecido, de sua considerável produção intelectual durante a faculdade e de seu envolvimento no ambiente cultural de Recife.

De fato, o período no qual Celso Magalhães cursou a graduação foi marcado pela passagem de jovens juristas que se tornariam referência nos campos literário e científico do Império. Como exemplos, Tobias Barreto, Joaquim Nabuco, Plínio de Lima e Sílvio Romero.

No entanto, a despeito da provável convivência de Celso com esses intelectuais, que já na faculdade tiveram fecunda produção nas áreas da literatura, das ciências e do jornalismo, parece que Magalhães participou de um círculo acadêmico mais específico. O fato foi registrado pelo amigo Rangel de Sampaio (no original, “San Paio” ou “São Paio”), em artigo publicado no periódico carioca *Gazeta de Notícias*, datado de 15 de junho de

⁶ A obra de Celso Magalhães *A poesia popular brasileira*, de 1873, é tida como marco de encerramento da fase romântica da Escola do Recife, iniciando um período sob influência do realismo e de um pensamento mais cientificista. O próprio Sílvio Romero, importante membro daquela Escola, concordou com essa afirmação. Segundo ele, a reação definitiva contra o romantismo existente em Pernambuco se deu com a fase denominada de *realística-social*, marcada por um “realismo doce e filho da observação” e que teve em Celso Magalhães seu principal predecessor (ROMERO, 1980a, p. 1.667).

1879, escrito mais precisamente seis dias após o falecimento de Celso Magalhães.

No relato de Sampaio, Celso foi fundador e intenso participante do grupo denominado *Boemia literária* que, além do próprio Sampaio, foi composto pelos seguintes membros: “Celso de Magalhães; Joaquim José Godinho Júnior, o filósofo; Generino dos Santos, o poeta; Alfredo Saldanha, o investigador; Antônio de Souza Pinto, o sociologista; e Oliveira Campos” (SAMPAIO, 1879, p. 2).

As atividades do *Boemia literária* se concentraram entre 1871 e 1873, quando o grupo, já com uma formação mais bem definida, reunia-se semanalmente para debater ciência, literatura, poesia, teatro e jornalismo. Na análise de Sampaio, o *Boemia* funcionou enquanto grupo de estudo de obras literárias e científicas e como uma espécie de laboratório para a apresentação de textos ainda inacabados de seus membros.

Entre os críticos da obra de Celso Magalhães, há consenso de a maior parte de seus escritos ter origem no período de estudo em Recife. De fato, é inegável que, com exceção de 1869, quando provavelmente se dedicou aos cursos preparatórios ao ingresso na faculdade, os anos de 1870 a 1873 reúnem sua relevante produção não poética. Não é menos evidente que, após o retorno à sua província natal (1874) e até seu falecimento (1879), a escrita de cunho literário de Magalhães sofreu uma brusca redução de ritmo, tendo o personagem preenchido seu tempo, ao que tudo indica, com o ofício de promotor e com a participação política em periódicos.

Em Recife, boa parte da produção intelectual de Celso Magalhães teve vazão através de jornais pernambucanos, onde conseguiu dar continuidade à participação iniciada, ainda em 1867, no *Semanário Maranhense*, então reduzida à publicação de poesias avulsas.⁷ Na capital pernambucana, há

⁷ Os jovens juristas da Faculdade de Recife encontraram no jornalismo o espaço de criação que não fecundava nas atividades curriculares formais. Por isso mesmo, esse era um contexto no qual “ser acadêmico de direito significava dedicar-se ao jornalismo [...], seja na sua feição literária, seja na sua feição política” (VENÂNCIO FILHO, 2011, p. 136). Na opinião de Clóvis Beviláqua, a partir de 1870, uma relevante geração de estudantes iria desenhar a “imprensa acadêmica pernambucana”, vital para a revitalização da literatura e das ciências no Norte do Império. Dela fizeram parte nomes como

registros de sua contribuição para as revistas estudantis *Crença*, *O Movimento* e *Outeiro Democrático*, para os periódicos acadêmicos *Lábaro*, *América Ilustrada* e *Culto às Letras*, assim como para os jornais comerciais *Correio Pernambucano* e *Jornal do Recife* (BEVILÁQUA, 1927, p. 241; VENÂNCIO FILHO, 2011, p. 138; MÉRIAN, 1978, p. 7). Durante seus estudos jurídicos, publicou também em jornais maranhenses, com destaque para *O Paiz*, *O Domingo* e *Diário do Maranhão* (MORAES, 1999, p. 11-12; MÉRIAN, 1978, p. 7).

Mas o envolvimento de Celso com a produção jornalística foi predominante em outro impresso: *O Trabalho*, que circulou entre abril e setembro de 1873, somando ao todo onze edições. O periódico foi idealizado e mantido pelo *Boemia literária* e consistiu, na avaliação de Rangel de Sampaio (1879, p. 2), em “uma importantíssima revista literário-científica”. No grupo, Souza Pinto e Generino dos Santos encarregaram-se da edição da folha, com grande participação dos demais membros do *Boemia*, além de nomes alheios a tal grêmio literário, mas igualmente relevantes para o cenário intelectual recifense, como Sílvio Romero, João Lagos, Clementino Lisboa e Aires Gama.

Foi em *O Trabalho* que Celso Magalhães, ainda que de forma incompleta, publicou pela primeira vez *A poesia popular brasileira*, certamente sua principal obra de crítica literária e pela qual ficaria conhecido como pioneiro nos estudos sobre o folclore brasileiro. Naquele mesmo ano de 1873 o livro seria publicado novamente em *O Domingo*, jornal maranhense.

A experiência intelectual de Celso Magalhães na capital de Pernambuco, em boa parte, esteve concentrada em seus estudos acadêmicos e na continuidade da obra poética já iniciada no Maranhão. Em Recife, deu um refinamento formal a seus poemas, que prosseguiram marcados por uma forte conotação social, e ao mesmo tempo se preocupou com a modernização

Sílvio Romero, Souza Pinto, Generino dos Santos, Lagos Júnior, Rangel de Sampaio, além de Celso Magalhães (BEVILÁQUA, 1927, p. 241).

do direito, sobretudo no âmbito criminal. Porém, como já afirmado, o interesse de Celso extrapolou esses campos. Em solo pernambucano, estudou arqueologia, folclore, geologia, história da arte, matemática, física, música e teatro, além de se dedicar à tradução de poetas estrangeiros.

Na exploração dessas diferentes áreas, a vivência cultural fora do Maranhão foi certamente tão relevante quanto suas investigações de cunho acadêmico. Residindo por seis anos numa Recife caracterizada por “novas atitudes culturais e acadêmicas [...], na qual uma geração de jovens intelectuais promoveu uma insurreição literária” (SALDANHA, 1985, p. 9), Celso participou ativamente desse movimento de renovação cultural.

À trajetória literária e cultural de Celso em Recife se somou um frutífero contato com o novo referencial cientificista gestado naquele ambiente. O clima por ele experimentado não poderia ser mais reformista. Nas décadas de 1860 e 1870, a capital pernambucana funcionou como porta de entrada e como laboratório de adaptação de importantes doutrinas, sendo palco de uma “guinada teórica” (SCHWARCZ, 1993, p. 195) que redirecionou o debate sobre o modelo político, a religião, o regime de trabalho, o ensino e a ciência em voga no Império.

Considerável parte do reformismo concentrado na Faculdade de Direito de Recife alcançou Celso Magalhães.⁸ No âmbito das doutrinas políticas, por exemplo, absorveu a crítica ao regime monárquico. Como estudante, tornou-se “sinceramente republicano” (PAXECO, 1918, p. 90),⁹ provavelmente em decorrência de seu abolicionismo e pelo contato, a partir

⁸ A “reforma social” através da ciência foi uma ambição fortemente alimentada por Celso Magalhães. Na homenagem póstuma que prestou ao amigo, do qual era confidente inclusive quanto a suas aspirações intelectuais, Rangel de Sampaio mencionou que “uma das ideias das mais tenazes que o acompanhavam [a Celso Magalhães]” era a de, com bases cientificistas, servir como “chefe da propaganda da reforma necessária à sua província natal – o Maranhão” (SAMPAIO, 1879, p. 2).

⁹ O republicanismo de Celso esteve evidente nos anos de sua formação em Recife. Após o retorno ao Maranhão, porém, não há registros dessa tendência. Difícil crer que o personagem tenha se tornado monarquista. Entendo que as causas desse silêncio estiveram muito mais relacionadas a seu atrelamento aos conservadores e como decorrência dos projetos de ascensão profissional que Celso nutria, como o de se tornar juiz de direito, cuja nomeação estava vinculada ao aceite do Imperador. Se continuava a ser republicano, certamente não era interessante evidenciar tal preferência.

de Recife, com a proposta de reestruturação da nação defendido pelo Partido Republicano, fundado na capital do Império em 1870.

A crítica à religião foi outra tendência que, presente no ambiente acadêmico da Recife dos anos 1870, certamente influenciou o pensamento de Celso. Na Faculdade de Direito, o anticlericalismo significou o questionamento da teoria da origem divina do poder do monarca e da combinação do ensino jurídico com o catolicismo. Filosoficamente, a absorção do positivismo, de forte conotação empirista, levou à censura da religiosidade metafísica.

Para além do republicanismo e do anticlericalismo, Celso encontrou na vivência em Recife todo um caldo de teorias científicas capaz de realçar convicções germinadas antes de sua formação acadêmica. O período de sua graduação coincidiu, segundo a análise de Nelson Saldanha, com a chegada de novos “ismos” e com a implosão de outros (SALDANHA, 1985, p. 9-11). O carro-chefe das novas doutrinas científicas foi a influência do positivismo e do evolucionismo. A crítica recaiu, sobretudo, sobre o romantismo, o liberalismo clássico (não científico), o catolicismo e a metafísica.

Nesse contexto, os nomes que mais se destacaram foram certamente os de Tobias Barreto e, anos depois, Sílvio Romero. Tobias sofreu considerável influência do germanismo, absorvendo as doutrinas alemãs quase acriticamente. Romero foi um pouco mais cauteloso. Ambos, porém, centraram o recurso ao pensamento germânico como forma de promover uma “atualização científica” no Brasil. Foi esse o ambiente no qual perspectivas como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo fincaram fortes raízes no Império, tendo como principal norte as obras de Augusto Comte, Herbert Spencer, Ernst Haeckel, Henri Buckle e Émile Littré (VENÂNCIO FILHO, 2011, p. 75; SCHWARCZ, 1993, pp. 34-38).

Esse mosaico de novas ideias fez Celso Magalhães (re)afirmar sua ideologia abolicionista e, de forma igualmente relevante, desenvolver uma peculiar concepção racista da sociedade. Acredito, porém, que as convicções

de Magalhães sobre raça e abolição se desenvolveram em momentos diferentes de sua trajetória, assim como tiveram condicionantes distintos. Certamente a censura ao cativo veio antes, nutrindo-se desde sua infância a partir da vivência em uma fazenda de escravos rodeada de quilombos e do contato com insurreições de cativos. Não por outra razão, a defesa da emancipação escrava já esteve bem evidente em seus primeiros poemas, escritos a partir de meados da década de 1860.

Por outro lado, a adesão a doutrinas raciais – e, em grande medida, o próprio conhecimento delas – foi parte da experiência intelectual obtida em Recife, quando lá esteve entre 1869 e 1873. Vistos dessa forma, o racismo de Celso é fruto de uma base notadamente acadêmica, ao passo que o abolicionismo, embora influenciado por sua formação intelectual, parece ideológica e culturalmente fundado em raízes mais profundas.

O abolicionismo como propósito

Como já referido neste artigo, desde seus primeiros dias de vida, Celso foi morar com seu avô materno em uma fazenda localizada em Viana, cidade com considerável contingente de cativos e com numerosos quilombos. A propriedade de seu avô servia ao plantio e ao beneficiamento da cana-de-açúcar, possuindo engenho e escravaria. Nesse ambiente, facilmente se presume o contato próximo que Magalhães teve, desde muito jovem, com o cotidiano do regime servil.

Um fato em particular influenciou decisivamente seu posicionamento quanto ao cativo. Em 1867, já com dezessete anos, testemunhou em Viana o que seria um dos maiores levantes de escravos ocorridos no Maranhão. Nos primeiros dias de julho daquele ano, diferentes fazendas da cidade foram invadidas por negros aquilombados, predominando os escravos vindos do quilombo São Benedito do Céu.

O clima de medo e de insegurança foi intenso e a estabilidade da situação somente foi alcançada após um mês de conflito entre tropas oficiais

e quilombolas. Celso Magalhães experimentou concretamente esse ambiente de apreensão, até mesmo porque alguns dos escravos amotinados pertenciam a seu avô (PAXECO, 1918, p. 85). Sua vontade de investigar os fatos foi, porém, maior do que o provável medo gerado pela insurreição. Compilou informações sobre o levante, publicadas na imprensa ou conseguidas junto a autoridades policiais (MÉRIAN, 1978, p. 14-15).

Celso foi adiante. Procurou na delegacia da cidade contato com os cativos envolvidos no motim. Conversou mais detidamente com Fabrício, “[...] *fôlego vivo*¹⁰ de Antônio Mariano de Matos que há mais de quatro anos era *padre* no mocambo São Benedito do Céu” (PAXECO, 1918, p. 85) (grifos no original). A partir dos diálogos com Fabrício, registrou em um caderno de notas suas impressões sobre as principais lideranças dos insurretos, a evolução do conflito, as estratégias dos quilombolas nos embates travados, as características dos quilombos e mesmo acerca das “cantigas de São Benedito do Céu” (PAXECO, 1918, p. 84-85). O mais importante poema que escreveu de cunho abolicionista, *Os calhambolas*, foi inspirado igualmente em suas observações do conflito, como se verá logo adiante.

Embora observasse todos esses fatos a partir da casa-grande, compondo talvez um *abolicionismo de elite*¹¹, Celso optou desde cedo pelo questionamento do regime servil. Tal ideologia, ao que tudo indica invariável por toda a vida, foi inscrita desde seus primeiros versos e reforçada ao longo de sua trajetória.

Se por um lado Magalhães passou sua infância em um ambiente escravista, por outro, provavelmente por influência de seu avô materno, conviveu desde cedo com o interesse pela literatura e pela imprensa (PAXECO, 1918, p. 84). Nos estudos por ele realizados, o contato com ideias abolicionistas foi inevitável. Além disso, somado a um contexto internacional

¹⁰ Sinônimo de escravo, segundo expressão da época.

¹¹ Termo utilizado por Ângela Alonso para designar membros de uma elite social do Oitocentos, “ocupantes de postos públicos de destaque e com acesso aos partidos políticos”, que, na busca por uma modernização do país, defenderam a abolição gradual do cativo, além de outras máximas, como a imigração e a pequena propriedade. Não possuíam radicalismos, mas nem por isso deixaram de “perturbar o sistema político do Império” (ALONSO, 2015, p. 39).

cada vez mais desfavorável à escravidão, o questionamento do cativo era naquele momento alimentado por fatores como a penetração de novas doutrinas científicas, o desenvolvimento da imprensa, a desarticulação do tráfico de africanos escravizados, a imigração e o crescimento das insurreições e aquilombamentos no campo (ROSEMBERG, 2006, p. 180).

A mudança de Viana para São Luís, em 1868, colocou Celso mais perto de uma cultura urbana na qual tais ideias circulavam com facilidade. Aproximou-se de uma jovem intelectualidade que adotava o antiescravismo como sinônimo de progresso, humanitarismo e civilização, fazendo da crítica ao regime servil uma das premissas de sua atividade.¹²

O julgamento que Celso Magalhães fez do cativo perpassou sua poesia, seus ensaios e sua atuação como promotor público. De forma similar a seu racismo, foi incrementado pelos conhecimentos adquiridos em Recife. Na apreciação de Rangel de Sampaio, Celso desenvolveu no curso jurídico três principais premissas relacionadas à escravidão: ser contra sua permanência perene, defendendo a abolição, ainda que gradual; a oposição à pena de morte aos escravos, “condenando o cadafalso”; e a “crítica ao reavivamento do Livro V das Ordenações Filipinas”, entendendo estar essa regulamentação revogada desde a Independência (SAMPAIO, 1879, p. 2).

Na prosa, temos como exemplo de sua visão sobre o cativo os folhetins *Carranquinhas*, veiculados n’*O Paiz*, através de seis textos, entre outubro de 1872 e outubro de 1873.¹³ Os ensaios têm como base a fala do personagem *Simeão*, um macaco que se dirige sempre a seus “patrícios monos”, não economizando censuras à política e à sociedade maranhense. As

¹² Desde o final da década de 1840, vinha se consolidando na capital maranhense uma literatura abolicionista, inscrita em poemas, romances, crônicas e ensaios biográficos. Como principais exemplos, a obra de Gonçalves Dias (*Meditações* e *A escrava*), Sousândrade (*O príncipe africano*), Trajano Galvão (*O calhambola*, *Nuranjan* e *A crioula*) e João Lisboa (*Jornal de Timon*) (FARIA, 2012, p. 150-165). Foi ainda o momento no qual se proliferaram entidades engajadas na libertação de negros, tais como a Irmandade de São Bento e a Sociedade Manumissora Vinte e Oito de Julho (SILVA, 2013, p. 63).

¹³ A publicação de crônicas por Celso coincidiu com o período no qual foi redator de *O Paiz*, entre 1872 e 1877. No mesmo período, assinou outros folhetins, a exemplo de *Caretas* e de *Parênteses*.

hierarquias sociais e o julgamento – geralmente irônico – aos hábitos das elites dão a tônica da maior parte dos textos.

O antiescravismo apresentado nas *Carranquinhas* fez-se acompanhado pela defesa de uma cidadania “mais justa”, pautada em valores como liberdade e igualdade. O cativo foi apresentado como instituição arcaica, qualificada por Celso de “feudalismo”. Nesses termos, a consciência do inevitável fim da escravidão e da necessidade de reorganização do sistema de trabalho emergiam como única alternativa à economia da província, diante de sua incontestável decadência.

A riqueza antiga da província estancou sua fonte, fracionando-se entre muitos na partilha da lei da igualdade. O feudalismo africano da agricultura já desabou. Caminhamos mais depressa do que geralmente supõe-se para um viver novo em nosso estado social, realizada a emancipação do escravo. Se não nos preparamos com antecedência a entrar sem abalo no existir do futuro regime, veremos a sociedade profundamente removida e em sensível perturbação do modo de viver de cada um (MAGALHÃES, 1999, p. 124).

Nesses folhetins o abolicionismo de Celso veio entranhado a uma perspectiva civilizatória. O desapego ao cativo – “esse tronco murcho e sem folhas” – era condição para a entrada do Maranhão na modernidade. Por outro lado, a redefinição do trabalho seria “uma reforma de imenso alcance, capaz de regular as relações entre o capital e o salário do trabalhador” (MAGALHÃES, 1999, p. 125). Nesse aspecto, Magalhães ostentou claramente a bandeira do liberalismo, atrelando o trabalho não compulsório à dignidade humana. Defendeu, assim, o que denominava de “reforma do estado servil”, pautada na organização do trabalho livre. Isso porque, ainda que com fundamentos predominantemente da economia, a proposta reformista de Celso também esteve visivelmente direcionada à melhoria da qualidade de vida do negro.

Disto há de provir a realização de uma lei muito sábia, que vem a ser o poupar as forças do agente do trabalho, diminuindo-lhe as horas de serviço e habilitando-o a poder trabalhar por mais tempo, e aumentar o

valor do salário, a fim de que o agente veja de melhor modo satisfeitas as necessidades inerentes à conservação do bom estado de sua vida, da de sua mulher e filhos, que o ajudam com elementos ativos na devida proporção (MAGALHÃES, 1999, p. 125).

Mas foi na obra poética de Celso Magalhães que seu abolicionismo ficou mais manifesto. As principais referências, *O escravo* e *Os calhambolas*, foram concluídos respectivamente em novembro de 1867 e em maio de 1869, o que torna evidente que sua crítica ao cativo teve raízes anteriores à ida a Recife.¹⁴

O escravo apresenta o relato de um africano sujeitado ao cativo. Na África, o personagem não apenas experimentou a liberdade em meio à natureza exuberante de seu continente natal, sendo também príncipe e guerreiro de sua tribo. Escravizado, encontrava-se no Brasil há trinta anos, onde nutriu a saudade de retornar à uma terra visivelmente idealizada e o plano, não menos intenso, de se vingar violentamente dos brancos.

Já *Os calhambolas*, poema bem mais extenso, tem como pano de fundo a insurreição de escravos ocorrida em Viana, em 1867.¹⁵ Nele Celso descreveu a história de uma centena de negros aquilombados que, em meio às matas, ouviam o discurso de seu líder. Na fala do chefe é anunciada a apreensão pela possível descoberta do quilombo, decidindo-se que os negros deveriam efetivamente lutar por sua liberdade, deixando de se esconder em mocambos. A luta armada foi iniciada pela invasão da fazenda Tauá,

¹⁴ Em Pernambuco, a postura abolicionista de Celso Magalhães continuou encontrando vazão em sua poesia. O contato com o ambiente cultural e político de Recife, porém, reorientou os fundamentos dessa ideologia. A ojeriza ao cativo foi direcionada, predominantemente, ao questionamento da Monarquia enquanto regime político adequado à nação, já que Celso reputava ser o Imperador o principal responsável pela manutenção da escravidão. Após o retorno definitivo ao Maranhão, a crítica social e o pensamento abolicionista de Celso ficaram mais evidentes em suas crônicas, aqui já referidas, e em sua atuação como promotor público, arrefecendo-se no plano da poesia.

¹⁵ No entanto, seu poema não teve o propósito de ser um relato fiel da insurreição. Para Jean Yves Mérian (1978, p. 23), “os fatos narrados por Celso Magalhães não são conformes à realidade histórica. Muitas cenas nasceram da imaginação do poeta”. Cito um exemplo. Ainda que tenha tido acesso aos depoimentos das lideranças da insurreição de 1867, Celso optou claramente por modificar seus nomes. José Crioulo, conhecido comandante do quilombo de São Benedito do Céu, foi identificado no poema apenas como “Chefe”. Feliciano Corta-Mato, auxiliar de Crioulo, surgiu no texto como “Antônio Corta-Mato”. No mais, não há nenhuma correspondência entre os nomes apresentados por Celso e o das lideranças. Sobre a identificação dos líderes quilombolas, Josenildo Pereira informou que o quilombo de São Benedito era comandado por José Crioulo, que “dividia a autoridade com três capitães, Daniel, Bruno e Feliciano Corta-Mato” (PEREIRA, 2006, p. 64). Outras lideranças dos insurretos foram “Benedito, Vicente, Martiniano e Severino” (ARAÚJO, 2014, p. 35).

pertencente à Sinhá Severa. O ataque foi marcado pela violência e pela perda de controle dos escravos amotinados, que assassinaram o irmão daquela senhora. Seguiu-se a repressão. O quilombo foi invadido e, após sangrento conflito, com inúmeras mortes e fugas de escravos, alguns negros foram levados à cadeia de Viana, dentre eles o chefe quilombola.

Sinhá Severa, que conseguira fugir durante a invasão à sua propriedade, procurou o chefe na prisão, convencendo-lhe de que “não tinha nada contra os negros” e de que era contra o cativo. Os negros que escaparam da investida miliciana, agora comandados por Antônio Corta-Mato, têm o plano de libertar seu chefe da cadeia, mas, quando ali chegam, encontram um homem totalmente resignado e entregue ao amor que acabou alimentando por Sinhá Severa. O chefe, em meio a delírios que dificultavam seu discernimento entre devaneios e a realidade, pede que ali o deixem, que fossem para longe e que fundassem um novo quilombo, onde os sonhos de liberdade dos escravos pudessem continuar sendo cultivados. Tempos depois, o chefe morre, encerrando-se a poesia.

Na avaliação de Jean Yves Mérian (1978, p. 23), ambos os poemas abarcam as duas ideias-chave que caracterizaram a poesia abolicionista de Magalhães: a crítica à escravidão e a exaltação da liberdade. As referências, no entanto, são bem distintas.

Em *O escravo*, a África é representada como algo idealizado. A terra natal do príncipe escravizado foi descrita sem economia de adjetivos. Era uma “adusta e ardente África”, preenchida por “infidos praios”, onde as matas exalam um “agreste odor balsâmico”, cercada por um “mar horrísono” e na qual passeiam “virgens feiticeiras” (MAGALHÃES, 1999, pp. 112-113). A perspectiva se aproxima de algumas das poesias abolicionistas de cunho romântico com as quais Magalhães teve contato ainda muito jovem, a exemplo de *Meditação*, de Gonçalves Dias (1849) e *Calhambola*, de Trajano Galvão (1863).

Já em *Os calhambolas* não há referência à uma África mitificada. Os negros que perseguem sua liberdade possuem os recursos naturais e os

alimentos necessários nas próprias matas que circundam os quilombos, embora isso não lhes baste. O líder quilombola, diferentemente de em *O escravo*, não é um guerreiro africano injustamente retirado de seu reinado tribal. Possui um passado de dor e sofrimento. Além disso, legitima-se no comando não pela nobreza de seu sangue, mas pela autoridade e pelo conhecimento adquiridos, bem como por sua história de luta em favor da liberdade (MÉRIAN, 1978, p. 25).

As referências em *Os calhambolas* são indubitavelmente mais realistas.¹⁶ Do romantismo, Celso parece nutrir-se apenas da estética, desenvolvendo um poema similar a uma epopeia. Por outro lado, descreveu a natureza e a sociedade em Viana, tocou na crise da lavoura algodoeira e debateu os fatores que impediam a organização racional do trabalho e o progresso da nação. Os personagens, negros ou brancos, são verossímeis. Sem maiores maniqueísmos, concentram atributos bons e maus (FARIA, 2012, p. 159). O próprio desenlace da narrativa possuiu um tom de cores mais reais. A revolta dos negros foi frustrada, os escravos se aquilombaram novamente e o líder se encantou pela senhora de escravos.

Porém, em ambos os poemas aqui tratados, a principal marca do abolicionismo foi a própria concepção de liberdade dos negros escravizados. Se em *O escravo* tal elemento foi idealizado através do retorno à África e da vingança de sangue com relação aos brancos, em *Os calhambolas* a ideia de liberdade teve uma conotação bem distinta. O direito de emancipação dos escravos esteve fundamentado em princípios liberais e de equidade, mas sem o desapego a uma base religiosa.

A onça que na mata vaga errante
é livre, não conhece a escravidão,
a cobra, o mar, a folha, a planta, os astros,
Os animais são livres, e nós não?

¹⁶ A perspectiva realista do abolicionismo de Magalhães foi reconhecida por Sílvio Romero, para quem Celso “aproximava-se muito mais da vida psicológica e real do cativo”, sobretudo se comparado a outros poetas que fizeram uma “demorada e consciente literatura da escravidão”, a exemplo de Castro Alves, Trajano Galvão e Melo Moraes Filho (ROMERO, 1980b, p. 1.093).

Eia pois, o pendão da liberdade
Se levante entre nós bem sobranceiro;
Tomemos tudo aquilo que nos roubam;
Seja rápido o golpe, mas certo.

De nada receeis, o Deus Supremo
protege a nossa causa com bondade,
pois que ela é sacrossanta, e ele justo;
Meus irmãos, liberdade! liberdade!...
(MAGALHÃES, 1999, p. 60).

Além disso, no mesmo poema, Celso Magalhães deixou claro que a libertação dos negros através do sonho com uma África idealizada de nada servia, como também seria infrutífera uma emancipação através do derramamento de sangue. O término da escravidão devia ir além disso, sendo condição imprescindível para a reorganização das relações de trabalho, para o reerguimento da economia e para o próprio progresso do Brasil. O fim do cativo apareceu, em sua obra, como a melhor alternativa tanto para os negros escravizados quanto para os brancos.

Não por outro motivo, Yves Mérian entendeu que as ações e aspirações do chefe quilombola de *Os calhambolas* servem como a melhor expressão do abolicionismo de Magalhães.

A revolta corresponde a um ideal: não procura a violência pela violência, a vingança cega e inconsiderada; não deseja se transformar em senhor dos antigos senhores, nem por umas horas; pelo contrário, com um espírito cavalheiresco ele [o chefe] se torna paladino da liberdade; trata-se de conquistar a liberdade e os outros Direitos Fundamentais reconhecidos pela Natureza e por Deus a todos os homens de todas as raças. Não sonha com um paraíso perdido, com uma pequena África no Brasil, luta para que os escravos pretos sejam reconhecidos como cidadãos com todos os direitos num Brasil livre da escravidão (MÉRIAN, 1978, pp. 30-31).

De fato, o personagem funciona como síntese da crítica de Celso ao cativo, sobretudo quando tentou controlar a turba de negros amotinados, evitando o assassinato de senhores de escravos. O ideal de vingança do chefe

não se confunde com violência, mas com o reconhecimento, pelo homem branco, do valor dos negros.

Nas palavras do personagem:

Eu quero vingança, mas quero-a completa,
não sangue nem prantos, nem mortes, nem ais,
vingança de nobre – olhar os algozes
curvados dizerem: valeis muito mais!
(MAGALHÃES, 1999, p. 61).

O líder quilombola aos poucos se integrou à civilização dos brancos. Assimilou a escrita do português, passou a crer no Deus cristão e, finalmente, nutriu um impossível amor pela mulher branca que, no fundo, também desejava a libertação dos escravos. O destino do comandante escravo seria o próprio desenlace desejado por Magalhães ao cativo. O propósito maior da emancipação devia ser a integração dos negros ao trabalho livre e, irmanados com os brancos, sua inserção no processo civilizador do país, sempre tendo como referência de civilidade a cultura erudita e eurocêntrica.

O racismo como convicção

Como antes sugerido, foi em Recife que Celso mergulhou a fundo em um conjunto de doutrinas que deram um maior acabamento a seu pensamento racial. Sem dúvida, Magalhães compôs uma jovem elite de estudantes que, em paralelo à adesão a uma retórica liberal, absorveu doutrinas como o positivismo, o evolucionismo social, o naturalismo e o social-darwinismo, tendo como principal consequência o incremento de um discurso científico na análise da sociedade brasileira.

Na percepção de Lilia Schwarcz, a partir dos anos 1870, o discurso evolucionista e determinista teve em Recife um de seus principais polos de penetração no Império. Responsável já há algum tempo pela legitimação do imperialismo europeu, tais doutrinas foram utilizadas como um novo e

eficiente argumento para explicar as diferenças internas do Brasil. Foi um contexto no qual “os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade” (SCHWARCZ, 1993, p. 201).

Nesse debate, o ponto central foi a questão da *raça*. O principal critério de análise das diferenças sociais passou a ser a variação racial, num momento no qual os jovens teóricos de Recife:

Encontravam no “critério etnográfico” a chave para desvendar os problemas nacionais. Nele, o princípio biológico da *raça* aparecia como o denominador comum para todo o conhecimento. Tudo passava pelo fator *raça*, e era a ela que se deveria retornar se o que buscava explicar era justamente o futuro da nação (SCHWARCZ, 1993, pp. 201-202).

Celso Magalhães foi certamente um dos principais propagadores dessas ideias.¹⁷ Tudo indica que teve ele, em Recife, rápido e intenso contato com as doutrinas raciais, sobretudo através dos escritos de Charles Darwin, Hippolyte Taine e Teófilo Braga. Rangel de Sampaio (1879, p. 2) registrou, por exemplo, que na Faculdade de Direito “os estudos em frenologia desde cedo mereceram por ele [Celso Magalhães] particular cultivo”. Talvez tal influência, ainda que não evidenciada em seus textos até então, já o acompanhasse desde os estudos no Maranhão. O certo é que seu primeiro poema com evidente cunho racista foi concluído em maio de 1869, quando se encontrava na capital pernambucana havia um ano.

Reporto-me ao já mencionado *Os calhambolas*, poesia na qual a tendência abolicionista de Magalhães veio impregnada por uma visão eurocêntrica de civilização e progresso, moldando, inclusive, a própria representação do escravo. Para Regina Faria, as características atribuídas por Celso aos quilombolas “seguem o modelo europeu na estrutura familiar, nos hábitos da vida cotidiana, na religião, na linguagem e na maneira de expressar os sentimentos” (FARIA, 2012, p. 161). De forma similar, Jean

¹⁷ Na avaliação do historiador Mário Meireles, ao lado do médico psiquiatra Nina Rodrigues, Celso Magalhães foi o principal responsável pela disseminação de doutrinas raciais e eugenistas no Maranhão das últimas décadas do Oitocentos (MEIRELES, 1955, p. 71-72).

Yves Mérian reconheceu em *Os calhambolas* uma “presença difusa da cultura africana”, na qual o próprio sincretismo era raro, pois dominado pelo referencial europeu.

Não há referência a nenhum símbolo ou cerimônia de religiosidade africana [...]. Não há tradições africanas dignas de interesse.

No poema, os escravos fugidos só adquirem valor humano na medida em que adquirem os valores próprios à civilização dos brancos. Até na linguagem eles parecem com os brancos. Os calhambolas dão a impressão de serem totalmente aculturados. Celso Magalhães apresenta-nos escravos falsamente autênticos para ilustrar as suas ideias abolicionistas. Para ele, não é através da luta como africanos transplantados para o Brasil que eles podem afirmar a sua igualdade com os brancos. Ele ignora a civilização africana em nome da civilização europeia sobre cujos princípios ele não se faz perguntas (MÉRIAN, 1978, p. 29).

De fato, a principal proposta de Celso para a superação da escravidão foi a integração dos negros à civilização branca, sobretudo através da redefinição das relações de trabalho, mas, igualmente, a partir da absorção de valores “civilizados”, como a língua e a religiosidade de tradição europeia.

A atração dos negros por elementos da cultura branca ficou evidente na fala do chefe quilombola, quando descreveu o momento de sua vida em que, por influência de um jovem senhor, teve contato com o referencial de mundo que entendia digno de aspiração pelos negros:

Um dia ouvi um mancebo
falar, e o moço era branco,
porém que nobreza d'alma,
e que caráter tão franco!
falou-me da liberdade!
Eu estava nessa idade
em que a mente é vigorosa.
Plantada a pingue¹⁸ semente,
brotou logo de repente
robusta forte e viçosa.
Achava tanta doçura
ouvindo as palavras dele!
Que pensamentos sublimes!
meu Deus, que moço era aquele!

¹⁸ Sinônimo de fértil, fecundo, produtivo.

com ele aprendi a ler,
depois também a escrever,
e tudo ele me ensinou!
O que a ele devo não posso
dizer-vos... aquele moço
depois de Deus me salvou (MAGALHÃES, 1999, p. 58-59).¹⁹

De fato, os escravos descritos por Celso não possuíam características étnicas ou culturais africanas. Mesmo as manifestações religiosas, como a festa de São Benedito executada no quilombo, eram marcadas por traços nitidamente eurocêntricos, apenas absorvendo da África os tambores e a sensualidade das negras dançarinas. O elemento africano, quando raramente presente, esteve sempre “controlado [...], de forma que não colocava em risco a ordem do mundo senhorial” (FARIA, 2012, p. 160).

No entanto, a despeito da relevância de *Os calhambolas*, entendo que a obra que melhor sintetiza o pensamento racialista de Celso, já com contornos científicos e de maneira sistematizada, surgiu apenas em 1873, ou seja, no último ano de residência de Magalhães em Recife. Nesse sentido, *A poesia popular brasileira* consistiu na expressão mais acabada de sua concepção sobre a contribuição das diferentes *raças* para a formação da sociedade brasileira.

A perspectiva racialista de Celso Magalhães ficou clara desde a apresentação da premissa com a qual analisou a literatura popular no Brasil. Para ele, “em literatura como em política, a questão da raça é de grande importância e é ela o princípio fundamental, a origem de toda a história literária de um povo, o critério que deve presidir o estudo dessa mesma história”. Por isso mesmo, a poesia popular seria a “manifestação necessária e fatal do gênio de um povo e a definição de sua índole, de seu caráter” (MAGALHÃES, 1973, p. 35).²⁰

¹⁹ A figura do jovem branco, intelectual e abolicionista que instruiu e “libertou” o chefe quilombola me parece uma espécie de autoelogio construído por Celso. Surge como uma afirmação literária de que seriam corretos e revolucionários os passos seguidos pelo próprio Celso Magalhães, que, afinal, concentrava os diferentes atributos do jovem senhor de escravos desenhado em sua poesia.

²⁰ Em artigo publicado no periódico carioca *A Semana*, o escritor cearense Franklin Távora descreveu Celso Magalhães como o primeiro literato que decidiu explorar “o estudos de nossas origens históricas

A máxima serviu de base para um estudo que, supostamente inter cruzando as diferentes contribuições das *raças* para a formação de nossa poesia popular, estabeleceu uma hierarquia dessas influências, demarcando o papel do branco, do negro e do índio para a literatura nacional. Segundo tais hierarquias, a única raça que verdadeiramente contribuiu para a poesia nacional foi a de origem europeia,²¹ havendo apenas “rastros” das demais, e ainda assim tendentes à incivilidade.

Para Magalhães, os índios seriam “vítimas de uma inferioridade hereditária, nos planos fisiológico, psicológico e cultural” (MÉRIAN, 1878, p. 17), compondo uma raça de pouca vitalidade e, segundo a lei da seleção natural, condenados por defeitos hereditários, do clima, da nutrição e da fecundação, dentre outros. Nessas condições, em praticamente nada contribuíram para a civilização brasileira.

O posicionamento produziu não apenas a invisibilidade de elementos da cultura indígena na composição de nossa sociedade, mas também a suposição de que, caso presentes, trariam somente prejuízos.

O que queremos tirar a limpo é, por ora, o fato de que na nossa poesia popular não existe um só resquício de população indígena, e que por consequência, ela deveu a sua formação a elementos novos, a leis excepcionais e quase somente de transplantação. Que o índio nenhuma tradição nos legou é fato sabido e não carece de prova. Ninguém o lamenta, esse é o fato, e só um ou outro procura fazer renascer esse anacronismo (MAGALHÃES, 1973, p. 40).

A opinião de Celso com relação aos negros era ainda mais pejorativa. Reconhecia uma maior influência da língua, da música e dos hábitos de origem africana

e de nossa poesia popular [...] pelo cruzamento das raças que entram na formação do brasileiro” (TÁVORA, 1877, p. 1-2).

²¹ Nesse debate, Celso apresentou seu específico referencial de civilização europeia, orientando-o para a influência das raças germânica, anglo-saxã e céltica. Negou, inclusive, a qualidade da civilização portuguesa, que, imersa em uma “raça latina degenerada”, seria “dos ramos da grande família ariana, a mais fraca [...], pesada e menos ativa”. Para Magalhães, tivemos no Brasil um processo civilizacional de pouco mais de três séculos, o que impossibilitou o desenvolvimento de uma cultura autenticamente letrada. Nessas condições, a história de nossa civilização seria a história de um malsucedido processo de transplantação cultural guiado pelos portugueses que, se comparados às “tradições célticas e dos povos do Norte da Europa”, possuíam expressões inferiores na política, na arte, na literatura e na religião (MAGALHÃES, 1973, p. 42).

no Brasil, todos, porém, sendo “repulsivos”, no sentido de afastarem a nação da civilidade idealizada por Celso Magalhães, na medida em que se aproximavam do “fetichismo” e da “bestialidade”.

Se há na raça humana coisa bestial, o africano a possui. Entretanto ele entrou, cruzando-se, na formação de nossa população, e com ele entraram também os seus costumes, as suas festas, os seus instrumentos, o seu fetichismo e até a sua língua. Este cruzamento não nos podia trazer bem algum: trouxe mal (MAGALHÃES, 1973, pp. 44-45).

Magalhães chegou a reduzir alguns elementos da cultura africana a “trejeitos e macaquices”. Tal avaliação ficou mais evidente a partir das impressões por ele anotadas quando, em Salvador, observou manifestações de dança popular.

Na Bahia, onde temos visto predominar mais o elemento africano, tivemos ocasião de reparar nisto. Os bailados, os bandos de São Gonçalo, os “sambas”, os “maracatus”, as cantigas, tudo é um agregado de saltos e pulos, trejeitos e macaquices, gritos roucos e vozes ásperas, um espetáculo a causar vergonha aos habitantes de uma cidade civilizada... O elemento africano acabou a obra que o português tinha começado (MAGALHÃES, 1973, p. 45).

É inegável que a valoração do estágio civilizacional dos negros decorreu das concepções científicas que marcaram os estudos de Celso, além, obviamente, da própria ideologia eurocêntrica que, como homem branco de origem abastada, nutriu por toda a vida. Nas palavras de Mérian (1978, p. 20-21), “Celso nunca renunciou ao seu complexo de superioridade cultural e racial [...] e só podia julgar em função e seus critérios de *civilizado*” (grifo no original).

Mas há outro relevante elemento. Uma perspectiva que ajuda, inclusive, a entender como seu abolicionismo desenvolveu-se paralelamente à crença em hierarquias raciais, sem que houvesse uma necessária incompatibilidade entre essas duas concepções.

Na explicação da inferioridade racial dos negros, Celso apresentou sua interpretação histórica sobre o cativo. Acreditava que, diferentemente da escravidão existente em Portugal, que decorreu sobretudo da guerra entre cristãos e mouros, o Brasil experimentou uma forma de trabalho servil bem mais degradante. Segundo Magalhães, na América Portuguesa, os negros escravizados estiveram sujeitos a um cativo que, com suas “circunstâncias fatalmente corruptoras”, promoveu um mais intenso processo de embrutecimento.

A degeneração racial encontraria na escravidão sua causa primeira. A impossibilidade de contribuir para nosso processo civilizacional, ou mesmo a dificuldade de absorver elementos dessa civilização, foram ditados pelo cativo. Na escala das hierarquias raciais determinadas pela lei da seleção natural, conforme o pensamento de Celso, os escravos estiveram renegados a um estágio inferior da evolução humana, beirando a desumanidade.

Aqui [no Brasil] eram já as levas do africano embrutecido nos porões infectos e miasmáticos dos navios negreiros; era a ignorância do escravo, a falta de dignidade do negro, que sujeitava-se, como um animal, ao serviço pesado dos engenhos e das minas. A bestialização inoculava-se na população e o sentimento de personalidade perdia-se. O estado dessa classe era repulsivo então. Ora, um elemento corrupto desse modo nada podia produzir, e não produziu (MAGALHÃES, 1973, p. 72).

De outra parte, o pensamento racial de Celso Magalhães não apontou para a miscigenação como modo de superar as hierarquias raciais. A hibridização não seria uma alternativa, pois a “mistura de raças” traria, tão somente, a transgressão dos elementos “puros” de cada cultura. Não há indícios, em sua obra, de que via no mestiço um aprimoramento civilizacional,²² pois, para Celso, “é uma lei da história natural” que o cruzamento de raças com visíveis desníveis culturais só podia produzir “a

²² Nesse ponto, não obstante terem iniciado os estudos de doutrinas raciais no mesmo contexto e sob as mesmas influências, é perceptível a diferença entre as concepções de Celso Magalhães e as que, alguns anos depois, seriam apresentadas por Sílvio Romero. Na visão de Lilia Schwarcz, Romero acreditava que a mestiçagem, tão temida por alguns, seria o único fator de “viabilidade nacional”. O mestiço apareceria como “produto final de uma raça em formação”, como prova das teorias da seleção natural e evolucionistas aplicadas ao povo brasileiro (SCHWARCZ, 1993, pp. 201-203).

degeneração e mesmo a extinção da mais fraca” (MAGALHÃES, 1973, p. 37). Tal processo, aliás, seria provado a partir dos indígenas, segundo exemplo de Magalhães.

As doutrinas raciais encontraram em Celso Magalhães duas principais formas de radicalismo. A primeira ao negar qualquer contributo dos índios e africanos à civilização no Brasil, prendendo-se a um ideal eurocêntrico que relativizou a própria validade da colonização portuguesa se comparada à cultura do Norte europeu. A segunda ao projetar como único resultado da miscigenação o extermínio da raça “mais fraca”, silenciando-se quanto ao mestiço e apresentando como alternativa a incorporação, por negros e índios, de valores da cultura europeia.

* * *

A obra de Celso Magalhães condensa a aproximação do pensamento e ativismo abolicionistas com doutrinas de cunho racial. Ajuda, nesse aspecto, a entender como se fez possível o entrelaçamento entre ideologias aparentemente contraditórias.

O olhar sobre a sociedade brasileira a partir da casa-grande teve na obra de Celso a crítica ao cativo como ponto-limite. O questionamento da escravidão foi incapaz de diluir suas crenças no evolucionismo e nas hierarquias entre raças, assim como de afastar um parâmetro civilizacional radicalmente europeu.

A dualidade de suas concepções, mais do que expressão de um paradoxo, evidenciam a individualidade de um personagem que tentou alçar novos voos, sem porém desprender-se das ideologias que experimentou.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- ARANHA, José Pereira da Graça. (1931) *O meu próprio romance*. 4. ed. São Luís: Alumar, 1996.
- ARAÚJO, Mundinha. *Insurreição de escravos em Viana, 1867*. 3. ed. São Luís [s.n.], 2014.
- BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. v. II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.
- BRASIL. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Jurídicas. Registro da Carta do bacharel formado Carlos Fernando Ribeiro, 12 out. 1846. In: _____. Arquivo Geral do Centro de Ciências Jurídicas. *Documentação de egressos*. Assentos de discentes, fl. 1-2, Recife, 1846.
- _____. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Jurídicas. Registro da Carta do bacharel formado Celso da Cunha Magalhães, 22 nov. 1873. In: _____. Arquivo Geral do Centro de Ciências Jurídicas. *Documentação de egressos*. Assentos de discentes, fl. 1, Recife, 1873.
- BURNETT, José Carlos Lago. Discurso de posse na Academia Maranhense de Letras. *Revista da Academia Maranhense de Letras*. São Luís, ano 80, v. 18, p. 25-31, 1998.
- CARDOSO, Patrícia Raquel Lobato Durans. *Lobo x Nascimento na “Nova Atenas”*: literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.
- FARIA, Regina Helena Martins de. Escravos, livres pobres, índios e imigrantes e estrangeiros nas representações das elites do Maranhão oitocentista. In: COSTA, Wagner Cabral da (org.). *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: Edufma, 2004. p. 81-111.
- _____. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luís: Edufma, 2012.
- FREYRE, Gilberto. (1957) *Ordem e progresso*. t. I. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1974.
- LOPES, A. Celso Magalhães. *A Pacotilha*. São Luís, p. 1-2, 10 nov. 1917.

MAGALHÃES, Celso. (1870) Os calhambolas. Carranquinhas. In: MORAES, Jomar (org.). *Livro do sesquicentenário de Celso Magalhães (1849-1999)*. São Luís: Ministério Público do Estado do Maranhão; Academia Maranhense de Letras, 1999, p. 49-154.

_____. (1873) *A poesia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

_____. *Versos*. São Luís: Tipografia Belarmino de Matos, 1870.

MARANHÃO. Ministério Público do Estado. *Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história*. v. 1 (Marcos legais). São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2003.

_____. Tribunal da Relação da Província. Autos cíveis de inventário dos bens do falecido cirurgião-mor Manoel Lopes de Magalhães, do Juízo de Órfãos da Comarca de Viana, 1867. Inventariante: Maria Cecília Duarte Magalhães. Inventariado: Manoel Lopes de Magalhães. In: _____. Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão. **Autos Cíveis**. Caixa n. I.8.f. São Luís, 1867.

MARQUES, César Augusto. (1870) *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão*. 3. ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2008.

MEIRELES, Mário Martins. *Panorama da literatura maranhense*. São Luís: Imprensa Oficial, 1955.

MÉRIAN, Jean Yves. *Celso Magalhães: poeta abolicionista*. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1978.

MORAES, Jomar (org.). *Livro do sesquicentenário de Celso Magalhães (1849-1999)*. São Luís: Ministério Público do Estado do Maranhão; Academia Maranhense de Letras, 1999.

NASCIMENTO, Bráulio do. Introdução. In: MAGALHÃES, Celso de. *A poesia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973, p. 7-27.

PAXECO, Fran. Celso Magalhães. *Revista da Academia Maranhense de Letras*. São Luís. Ano 1, v. 1, p. 65-106, 1918.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. *As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROMERO, Sílvio. (1888) *História da literatura brasileira*. v. 4. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980a.

_____. (1888) *História da literatura brasileira*. v. 5. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980b.

ROSEMBERG, André. *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça*, Santos, década de 1880. São Paulo: Alameda, 2006.

SALDANHA, Nelson. *A Escola do Recife*. 2. ed. São Paulo: Convívio, 1985.

SAMPAIO, R. de. Colaboração. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 2, 25 jun. 1879.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Régia Agostinho da. *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TÁVORA, F. Escritores do Norte do Brasil: o Dr. Celso de Magalhães. *A Semana*. Rio de Janeiro, p. 1-2. 19 nov. 1877.

VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.